



INSTITUTO FERNANDO FILGUEIRAS – IFF

CNPJ 07.133.125/0001-39

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria do Instituto Fernando Filgueiras – IFF, CNPJ nº 07.133.125/0001-39, apresenta suas demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em cumprimento ao que determina o seu estatuto e legislação pertinente. Salvador, BA, 20 de abril de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - Em Reais (1,00)				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - Em Reais (1,00)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - Em Reais (1,00)					
ATIVO	Notas	2020	2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Notas	2020	2019	Fundo Social	Superavit (Deficit) Acumulado	Patrimônio Social	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Caixa e bancos	3	25.597	15.318	Fornecedores	10	10.198.820	10.341.998	9.000	298.312	307.312	Superavit (Deficit) do exercício	180.991	(33.406)
Aplicações financeiras	4	11.432.907	12.037.119	Contas a pagar	11	13.407.627	13.718.091	9.000	(33.406)	(33.406)	Ajustes para reconciliar o superavit (deficit)	76.312	84.541
Contas a receber	5	32.506.944	34.559.918	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	12	7.228.548	6.420.534	9.000	264.906	273.906	Depreciação e amortização	257.303	51.135
Adiantamentos Diversos		784.548	439.207	Provisão de férias e encargos sociais	13	7.163.796	7.034.663	9.000	180.991	180.991	Redução (aumento) dos ativos operacionais	2.052.974	7.942.784
Outros Créditos		-	-	Impostos e contribuições a recolher	14	4.206.958	4.201.865	9.000	(180.991)	(180.991)	Contas a receber	(345.341)	(82.577)
Tributos a Recuperar	6	3.496.664	3.460.292	Parcelamentos de Impostos	15	2.695.759	1.619.340	9.000	189.991	180.991	Adiantamentos Diversos	-	(2.108.190)
Estoques	7	2.502.273	1.966.324	Total do Passivo Circulante		44.901.508	43.336.491	9.000	9.000	9.000	Outros Créditos	-	(2.365.884)
Total do Ativo Circulante		50.748.933	52.478.178	NÃO CIRCULANTE				9.000	9.000	9.000	Tributos a Recuperar	(36.372)	2.365.884
Depósitos judiciais		-	152.208	Parcelamentos de Impostos	15	5.604.766	9.308.539	9.000	445.897	264.906	Estoques	(535.949)	(41.518)
Imobilizado		-	-	PATRIMÔNIO SOCIAL				9.000	445.897	264.906	Depósitos judiciais	152.208	(56.127)
Custo corrigido		920.345	920.345	Fundo social		9.000	9.000	9.000	189.991	180.991	Total	1.287.520	12.236.636
(-) Depreciação acumulada	8	(708.107)	(632.955)	Superavit acumulado		445.897	264.906	9.000	189.991	180.991	Aumento (redução) dos passivos operacionais	(143.178)	916.097
Intangível		212.238	287.390	Total do Patrimônio Social	16	454.897	273.906	9.000	445.897	264.906	Fornecedores	(143.178)	916.097
Custo corrigido		42.647	42.647					9.000	445.897	264.906	Contas a pagar	(310.464)	1.470.530
(-) Amortização acumulada	9	(42.647)	(41.487)					9.000	445.897	264.906	Impostos e contribuições a recolher	5.093	110.995
Total do Não Circulante		212.238	440.758					9.000	445.897	264.906	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	808.014	(1.499.879)
TOTAL DO ATIVO		50.961.171	52.918.936					9.000	445.897	264.906	Provisão de férias e encargos sociais	129.133	415.179
								9.000	445.897	264.906	Parcelamentos de Impostos	(2.627.354)	(2.251.909)
								9.000	445.897	264.906	Total	(2.138.756)	(838.987)
								9.000	445.897	264.906	Caixa líquido gerado das ativ. operacionais	(851.236)	11.397.649
								9.000	445.897	264.906	AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(593.933)	11.448.784
								9.000	445.897	264.906	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	12.052.437	603.653
								9.000	445.897	264.906	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	11.458.504	12.052.437
								9.000	445.897	264.906	AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(593.933)	11.448.784
								9.000	445.897	264.906	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		
								9.000	445.897	264.906	14. Impostos e contribuições a recolher	2020	2019
								9.000	445.897	264.906	PIS a recolher	373.236	331.484
								9.000	445.897	264.906	COFINS a recolher	1.722.630	1.762.180
								9.000	445.897	264.906	ISS a recolher	692.521	578.555
								9.000	445.897	264.906	Provisão para IRPJ	2.788.387	2.672.199
								9.000	445.897	264.906	Provisão para CSSL	83.479	-
								9.000	445.897	264.906	IRRF a recolher	38.692	-
								9.000	445.897	264.906	Retenção 4,65% a recolher	122.171	-
								9.000	445.897	264.906	INSS retido na fonte a recolher	310.395	327.621
								9.000	445.897	264.906	ISS retido na fonte a recolher	327.622	465.824
								9.000	445.897	264.906	Total	11.537	10.986
								9.000	445.897	264.906	15. Parcelamentos de tributos - Os parcelamentos tributários estão assim representados:	646.846	725.235
								9.000	445.897	264.906	2020	2019	
								9.000	445.897	264.906	Tributos federais retidos da fonte	194.772	238.345
								9.000	445.897	264.906	COFINS - 60 meses	237.632	410.980
								9.000	445.897	264.906	PIS - 60 meses	53.074	90.377
								9.000	445.897	264.906	INSS - 60 meses	3.628.068	5.817.948
								9.000	445.897	264.906	PERT - tributos federais	3.889.843	3.985.299
								9.000	445.897	264.906	PERT - previdenciários	297.136	384.930
								9.000	445.897	264.906	Total	8.300.525	10.927.879
								9.000	445.897	264.906	Circulante	2.695.759	1.619.340
								9.000	445.897	264.906	Não Circulante	5.604.766	9.308.539
								9.000	445.897	264.906	A sociedade aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, em 13 de julho de 2017, incluindo as dívidas inscritas de tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSSL) e as dívidas previdenciárias, passíveis de inclusão no programa. Até o momento, a Receita Federal do Brasil não consolidou as dívidas inscritas no PERT. 16. Patrimônio Social - O fundo social, autorizado e subscrito em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 454.897, tendo sido incorporado a este saldo o superavit acumulado de R\$ 445.897. 17. Receita operacional - Receitas provenientes de contratos de gestão firmados junto as unidades de saúde descritas no item 1 deste relatório.	2020	2019
								9.000	445.897	264.906	Hospital Professor Carvalho Luz	14.012.672	14.206.272
								9.000	445.897	264.906	Hospital Geral da Itaparica	78.763.028	73.944.967
								9.000	445.897	264.906	Hospital Professor Eladio Lassere	53.321.737	53.471.884
								9.000	445.897	264.906	Hospital Regional Santo Antonio de Jesus	60.692.797	60.872.795
								9.000	445.897	264.906	Unidade Pronto Atendimento Jequié	8.598.974	8.823.845
								9.000	445.897	264.906	Hospital Geral de Itaparica	1.853.469	-
								9.000	445.897	264.906	Total	217.242.677	211.319.763
								9.000	445.897	264.906	A receita relativa ao Hospital Geral de Itaparica refere-se a receita de reequilíbrio da unidade distrita conforme item 1 deste relatório.		
								9.000	445.897	264.906	PARECER DO CONSELHO FISCAL		
								9.000	445.897	264.906	Os membros do Conselho Fiscal do Instituto Fernando Filgueiras – IFF, CNPJ 07.133.125/0001-39, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que determina a lei e seu estatuto social, analisando o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2020, concluíram pela sua aprovação.		
								9.000	445.897	264.906	Salvador, 20 de abril de 2021.		
								9.000	445.897	264.906	CONSELHO FISCAL		
								9.000	445.897	264.906	Elias Oliveira Andrade		
								9.000	445.897	264.906	Durval Freire de Carvalho Olivieri		
								9.000	445.897	264.906	Alberto Luiz Tavares de Souza		
								9.000	445.897	264.906	DIRETORIA		
								9.000	445.897	264.906	Marco Antonio Mariani Andrade – Presidente		
								9.000	445.897	264.906	José Antonio Andrade – Diretor Administrativo Financeiro		
								9.000	445.897	264.906	Laudelino de Sousa Filho – Diretor Médico		
								9.000	445.897	264.906	CONTADOR: Gilson da Silva Lustosa – CRC/BA 030829/O-1		
								9.000	445.897	264.906	suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e se os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Salvador, 22 de abril de 2021		
								9.000	445.897	264.906	Sandra Blanco de Souza Lucas - CRC - Ba nº. 021175/O-7		
								9.000	445.897	264.906	CNAI - 3932 - Ibracon - 4449		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Sócios do Instituto Fernando Filgueiras – IFF Salvador – Bahia

**Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Fernando Filgueiras – IFF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para os períodos de 12 (doze) meses findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Fernando Filgueiras – IFF, em 31 de dezembro de 2020, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e os seus fluxos de caixa para o período de 12 (doze) meses findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à

Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos** - Não examinamos, nem foram examinados por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e